

## **COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 152, DE 2025**

O Projeto de Lei Complementar nº 152/2025 tem a finalidade de regular os serviços de transporte remunerado privado individual de passageiros e de coleta e entrega de bens prestados por intermédio de empresas operadoras de plataforma digital.

Nesse contexto, esta Comissão Especial tem o objetivo de prover os parlamentares com informações e sugestões originadas dos agentes econômicos atuantes no arranjo econômico das plataformas digitais de prestação de serviços, promover o debate entre esses agentes, construir um parecer técnico ao PLP 152/2025 e esclarecer o conteúdo do parecer apresentado ou de eventual texto substitutivo ao projeto.

Apesar de o texto do PLP nº 152/2025 tratar de serviços de transporte remunerado privado individual de passageiros e de coleta e entrega de bens prestados pelas empresas operadoras de plataforma digital, propomos o alargamento do tema para além dos limites estabelecidos pelo texto original, de modo que esta Comissão trate de qualquer serviço realizado por meio de aplicativo ou plataforma digital, e não apenas dos serviços de transporte de pessoas e de entrega de bens.

Para o alcance dos objetivos desta Comissão, serão realizadas audiências públicas semanais com especialistas, agentes públicos, representantes dos trabalhadores plataformaizados, representantes de sociedades empresárias e organizações da sociedade civil.

Os membros desta Comissão Especial, conforme previsto no Regimento Interno, poderão apresentar requerimentos para convocação de convidados. Além das audiências realizadas no âmbito da Câmara dos Deputados, também haverá a possibilidade de realização de audiências externas, com objetivo coletar contribuições de agentes econômicos de regiões em que os parlamentares entenderem convenientes para o enriquecimento dos insumos a esta Comissão.

Serão encaminhados aos participantes os seguintes questionamentos, sobre os quais deverão estruturar a apresentação de seu conteúdo a esta Comissão:

- 1) Qual a avaliação do atual arcabouço normativo a respeito dos serviços alcançados pela proposição?**
- 2) Existem lacunas, inconsistências ou áreas que necessitem de atualização ou inovação normativa?**
- 3) Quais seriam as sugestões concretas de mudanças ou melhorias? Sugere-se que a resposta a essa questão seja feita mediante apresentação de propostas detalhadas e tecnicamente fundamentadas.**

Para ordenar a realização dos trabalhos, as audiências públicas serão organizadas pelos seguintes eixos temáticos:

1. Natureza da relação de trabalho;
2. Representantes de classe dos trabalhadores plataformizados que prestam serviços de transporte de passageiros;
3. Representantes de classe dos trabalhadores plataformizados que prestam serviços de coleta e entrega de bens;
4. Representantes de classe dos trabalhadores que prestam serviços plataformizados não relacionados a transporte e coleta/entrega de bens;
5. Empresas operadoras de plataforma digital de serviços de transporte de passageiros;
6. Empresas operadoras de plataforma digital de serviços de coleta e entrega de bens;
7. Empresas operadoras de plataforma digital de serviços não relacionados a transporte e coleta/entrega de bens;
8. Previdência e Seguros;

9. Apresentação e explicação da solução do Relator.

### **CRONOGRAMA DE TRABALHO**

Para o cumprimento dos objetivos deste plano de trabalho, estipulou-se o seguinte cronograma:

Semana 1	Eleição do Presidente da Comissão e designação do relator.
Semana 2	Apresentação do Plano de Trabalho e deliberação dos requerimentos.
Semana 3	Audiência pública sobre a natureza da relação de trabalho segundo a visão institucional.
Semana 4	Audiência pública sobre a natureza da relação de trabalho segundo a visão acadêmica.
Semana 5	Audiência pública com representantes dos trabalhadores plataformizados que prestam serviços de transporte de passageiros.
Semana 6	Audiência pública com representantes dos trabalhadores plataformizados que prestam serviços de coleta e entrega de bens.
Semana 7	Audiência pública com representantes dos trabalhadores que prestam serviços plataformizados não relacionados a transporte e coleta/entrega de bens.
Semana 8	Audiência pública com empresas operadoras de plataforma digital de serviços de transporte de passageiros.
Semana 9	Audiência pública com empresas operadoras de plataforma digital de serviços de coleta e entrega de bens.
Semana 10	Audiência pública com empresas operadoras de plataforma digital de serviços não relacionados a transporte e coleta/entrega de bens.
Semana 11	Audiência pública sobre previdência e seguros.
Semana 12	Audiência pública para a apresentação e explicação da solução do Relator.
Semana 13	Votação do Parecer.

Sem prejuízo do acréscimo futuro de outros convidados, propomos, desde logo, que as audiências públicas a seguir elencadas contem com a participação das seguintes autoridades ou entidades:

**Natureza da relação de trabalho segundo a visão institucional:**

- Representante do Tribunal Superior do Trabalho;
- Representante do Ministério Público do Trabalho;
- Representante do Ministério do Trabalho e Emprego.

**Natureza da relação de trabalho segundo a visão acadêmica:**

- Sr. Sidnei Machado (Clínica do Trabalho da UFPR);
- Sr. Leonardo Alves Rangel (IPEA);
- Sr. Nuno Cunha (OIT);
- Sra. Ana Carolina Reis Paes Leme;
- Grupo de Estudos em Direito do Trabalho (Grupe) da UFC;
- Grupo de Estudos da área de Direito do Trabalho da USP.

**Empresas operadoras de plataforma digital de serviços de transporte de passageiros:**

- Amobitec;
- Indrive;
- Urbano Norte;
- LadyDriver;
- Tok10.

**Empresas operadoras de plataforma digital de serviços de coleta e entrega de bens:**

- Amobitec;
- Rappi;
- Loggi;
- Keeta.

**Previdência e seguros:**

- Representante do Ministério da Previdência Social;

- Representante da Susep;
- Representante da CNseg (Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais).